

CRISTINA DE FATIMA BUENO PUTTKAMER

**A REFORMA AGRÁRIA E A EDUCAÇÃO NO CAMPO NA ESCOLA
ESTADUAL CHAPADÃO LARANJAL - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Prof^o Orientador: **Maurício Cesar Vitória Fagundes**

MATINHOS

2011

A REFORMA AGRÁRIA E A EDUCAÇÃO NO CAMPO NA ESCOLA ESTADUAL CHAPADÃO LARANJAL PR

Cristina Bueno¹;

Maurício Cesar Vitória Fagundes².

RESUMO

A intenção desse artigo é de pesquisar como é a reforma agrária e Investigar as possibilidades da educação no movimento de reforma agrária na Escola Estadual do Chapadão, município de Laranjal/PR. Para isso foi pesquisado como é que a escola Estadual do Chapadão contempla as realidades de seus sujeitos; como é realizada as atividades com os educandos, se o currículo é adaptado ao MST, e que projetos são desenvolvidos no chapadão. Também a pesquisa relata se o currículo e o PPP (Projeto Político Pedagógico) tem relação direta com a terra. E se os trabalhadores rurais assentados no laranjal acerca de educação e da educação dos seus filhos. A Constituição Federal prevê em seus artigos 188 e 189 as formas pelas quais se efetiva a destinação de terras públicas reservadas para a reforma agrária. No parágrafo único afirma que “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Palavras-chave: Educação, Projeto Político Pedagógico; Reforma agrária.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná - Litoral, e-mail: xxx@xxx.com

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1. CONTEXTO

O artigo é um estudo sobre a Reforma agrária e educação na Escola Estadual do Chapadão. A escola é situada na Comunidade Chapadão. O Projeto Político Pedagógico foi elaborado pelos profissionais atuantes no colégio, direção, equipe pedagógica, professores, funcionários, APMF, alunos e Conselho Escolar, construindo uma visão global da realidade, dos compromissos e responsabilizando-se pelas transformações.

A elaboração coletiva visa atender a sociedade, articulando aos interesses e necessidades da comunidade escolar, onde requer alterações e adequações necessárias ao processo de ensino aprendizagem na formação de cidadãos críticos, responsáveis, criativos e participativos.

Em 1993 um grande número de famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), acampou-se na Fazenda Chapadão. Pelo grande número de crianças em idade escolar, foram instituídas duas escolas no próprio assentamento e os alunos que já tinham concluído a 4ª série se deslocavam em uma caminhonete até a sede do município, para estudarem a 5ª série no Colégio Estadual de Laranjal – EFM.

Diante das dificuldades encontradas para transportar esses alunos ao colégio, surgiu a idéia de reivindicar uma escola que atendesse a demanda de 5ª à 8ª séries, depois de tantas lutas e projetos, a comunidade foi atendida.

O Prédio foi construído em 2000, em uma área desapropriada e regularizada pelo INCRA com a necessidade de atender a comunidade escolar do Assentamento Chapadão, que conta com 213 famílias.

O Colégio Estadual Chapadão – Ensino Fundamental e Médio está localizado na localidade de Chapadão, com aproximadamente 20 quilômetros de distância da sede do município de Laranjal e a 110 quilometro do Núcleo Regional de Educação de Pitanga, sendo mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

Seu funcionamento foi autorizado através da resolução nº 487/04 de 16/02/00 apenas com oferta de ensino fundamental. O reconhecimento do estabelecimento de

ensino sob a Resolução nº 12/11/04 de 29/03/04 e o Ato Administrativo de Aprovação do Regime Escolar 16/01.

1.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O Projeto Político Pedagógico é um caminho traçado coletivamente, o qual se deseja enveredar para alcançar um determinado objetivo. Deste modo, ele deve existir antes de tudo porque se define como ação que é anteriormente pensada, idealizada. É tudo aquilo que se quer em torno de perspectiva educacional: a melhoria da qualidade do ensino através de reestruturação da proposta curricular da escola, de ações efetivas que priorize a qualificação profissional do educador, do compromisso em oportunizar ao educando um ensino voltado para o exercício da cidadania.

O prédio do Colégio é composto por sete salas de aula, um espaço para práticas esportivas (campo suíço), dois banheiros (um feminino e um masculino), uma sala para professores, uma sala multiuso para laboratório de informática e biblioteca, uma cozinha, uma sala utilizada pela direção e equipe pedagógica e secretaria.

OBJETIVOS:

- Oportunizar, de forma coletiva, uma reflexão e discussão crítica sobre os problemas da sociedade e da educação, a fim de encontrar possibilidades de intervenção, buscando transformar as realidades sociais, econômicas e políticas;
- Contemplar o envolvimento e a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo: professores, funcionários, pais e alunos, para construir uma visão global da realidade e dos compromissos coletivos, numa perspectiva do processo ensino-aprendizagem com qualidade e de acesso a todos, necessitando de uma formação continuada a serviço dos profissionais de educação;

- Valorizar a Educação enquanto espaço privilegiado para o ensino de conteúdos científicos e culturais, bem como valores que sejam positivos para uma sociedade menos excludente.

Na comunidade onde o Colégio está localizado é predominante a atividade agrícola e a produção é bastante diversificada, como por exemplo, a produção de leite e alimentos para subsistência utilizando a mão de obra familiar.

Em relação aos educandos, aproximadamente 95% utilizam o transporte escolar, devido a distância do colégio de suas moradias. Em dias de chuva causa transtornos dificultando a frequência dos alunos, (pela má conservação de estradas que ficam intransitáveis). Quanto aos professores, encontram as mesmas dificuldades para chegar até o Colégio, pois moram na sede do município.

Em virtude das dificuldades encontradas, alguns alunos evadem-se do Colégio em busca de trabalho, melhores salários e de uma vida melhor. O índice de evasão chegou a 11,30 %, de repetência a 2,90% e de aprovados 85,80% em relação ao ano de 2006, pois a maioria dos nossos alunos vem de um baixo nível sócio-econômico.

Com relação ao aspecto físico, considera-se regular, mas precisa-se de alguns ajustes como: Salas de aula, sala para biblioteca, laboratório de ciências, sala de professores, banheiro para professores e funcionários, quadra esportiva, muro em construção, linha telefônica. Conta com um computador para o sistema SERE e 16 computadores Paraná Digital para uso de professores e alunos.

O Colégio Estadual Chapadão procura trabalhar de forma democrática e participativa onde os alunos, pais e funcionários participam expondo suas ideias nas reuniões e tomadas de decisões.

As reuniões pedagógicas são realizadas conforme previsão do calendário escolar ou sempre que se fazem necessárias para programar e rever as ações pedagógicas, no sentido de acompanhar o processo ensino-aprendizagem e de avaliação, analisando e debatendo todos os componentes da aprendizagem dos alunos e propondo alternativas para a superação das dificuldades surgidas e

também ao estudo de metodologias inovadoras a serem aplicadas, para a elaboração de projetos pedagógicos, entre outros.

A avaliação é um processo contínuo realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico, que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica. Sendo assim a avaliação é realizada de diversas maneiras sendo: 40 pontos destinados a atividades como: trabalhos individuais, atividades em grupos, produções de texto, observações, registros. E duas avaliações escritas com peso 30 cada uma, totalizando um total de 60 pontos.

De acordo com Freire (1987, p.39) "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Portanto, é neste meio social que o homem adquire conhecimento geral, com o objetivo de desenvolver suas capacidades e aptidão, estão assim, a uma intensa aprendizagem que não termina senão com a morte.

A Educação promove a socialização do saber por meio da apropriação do conhecimento produzido histórica e socialmente, ou seja, há uma vinculação entre educação e sociedade, entre educação e transformação da sociedade. "O ponto de partida e o de chegada do processo educativo é sempre a prática social". (Saviani, 1994 p.20).

1.2 O CURRÍCULO

Para que a prática se efetue, é preciso "manter o currículo aberto, em movimento, vivo, como espaço de criatividade e de transformação" (VASCONCELLOS, 2002, p. 139). Nesse sentido, o currículo deve estar sustentado por uma metodologia que ultrapasse as aulas meramente expositivas, uma vez que, quem constrói o conhecimento é o sujeito (aluno) a partir da relação social, mediada pela realidade. Portanto, o papel do professor na construção do conhecimento é provocar (colocar o pensamento do aluno em movimento); dispor

objetos/elementos/situações e interagir com a representação do sujeito (acompanhar o percurso de construção). (VASCONCELLOS, 2002, p. 160).

O currículo deve redimensionar, constantemente, os espaços e tempos escolares, revendo concepções e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a formação permanente dos/as educadores é indispensável, promovendo a cooperação entre os implicados no processo educativo, possibilitando mudanças, a partir de uma práxis reflexiva, tendo em vista a qualificação do processo de ensino – aprendizagem.

1.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE CAMPO

A Educação do Campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que tem o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que deve ser no e do campo – No, porque “o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive.

É importante fazer distinção dos termos rural e campo. A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referências aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturais.

Como consequência das contradições desse modelo de desenvolvimento, está, por um lado, a crise do emprego é a migração campo-cidade e, por outro, a reação da população do campo que, diante do processo de exclusão, organiza-se a luta por políticas públicas construindo alternativas de resistências econômicas, política e cultural que também inclui iniciativas do setor da educação.

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtiva, mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam as festas comunitárias e de

celebração da colheita, o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico. .

A identidade política coletiva é gerada a partir da organização das categorias em movimentos sociais, a exemplo do MST, das etnias indígenas, dos quilombolas, dos atingidos por barragens e daqueles articulados ao sindicalismo rural combativo.

A identidade sociocultural é dada pelo conceito de cultura. Schelling (1991) traz uma definição de cultura como práxis que pode ser útil à educação do campo. Para a autora, a capacidade do homem de se transformar e ser transformado são uma característica humano-generica (estruturar e ser estruturado) e essa capacidade esta na base do conceito de cultura como práxis, por meio da qual

...O homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma, essa transformação ocorre em dois níveis: em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como ser da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também no nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social (SCHELLIG, 1991, p.32).

A escola do campo precisa olhar para o mundo a sua volta, se apropriar da sua história, da sua cultura, dando significado a ele na articulação dos saberes escolares necessários a formação humana. A escola do campo também tem uma tarefa importante que é a de contribuir para ressignificar o olhar sobre o homem e a mulher do campo construído e reproduzido no currículo escolar. Isso implica em dar voz aos saberes, à cultura, a história do campo e de seus sujeitos. Produzir novos saberes para serem socializados no currículo escolar.

A educação do campo é tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, agricultura.

1.4 A ESCOLA E A REFORMA AGRÁRIA

De acordo com Oliveira (2001), a terra na sociedade brasileira, é uma mercadoria toda especial. Muito mais do que reserva de valor, é reserva patrimonial. A retenção da terra não é feita com fins de colocá-la para produzir, motivo pelo qual a maioria das terras deste país mantém-se improdutiva. Mais do que isso, esta terra improdutiva é retida com a finalidade de constituir instrumento a partir do qual se vai ter acesso por parte, evidentemente, das elites às políticas do Estado. Assim, as elites não têm permitido que o Estado programe qualquer política de Reforma Agrária no Brasil.

Analisando-se as políticas do Estado brasileiro e as possibilidades e/ou tentativas de Reforma Agrária. Tomando-se a década de 60 como recortes histórica, verifica-se que naquela época o campo estava sacudido pelas Ligas Camponesas.

O governo João Goulart, pressionado politicamente, criou a SUPRA, iniciou um processo de Reforma Agrária, um dos motivos de ter sido derrubado em abril de 64. O governo Castelo Branco - e seu ministro do Planejamento, Roberto Campos - sancionou o Estatuto de Terra, o instrumento legal da Reforma Agrária no Brasil. Roberto Campos informou previamente os deputados de que iriam aprovar o Estatuto da Terra, de que ele seria aprovado, porém não implantado. Passado o período do governo militar, pode-se verificar que, de fato, ele não foi implantado. Coube a José Sarney elaborar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra aprovado pelos militares.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (Arroyo; Caldart; Molina, 2004, p. 176)

Segundo Oliveira 2001, a história da questão agrária no Brasil revela, na atualidade, que o MST é a face moderna do Brasil, a parte deste país que está em luta. Por mais estranho e extemporâneo que muitos possam achar o movimento da cidade para o campo contradiz o movimento geral da marcha do campo para a cidade, mas é também um movimento que busca a construção de uma nova sociedade. Hoje nos assentamentos procura-se implantar a produção coletiva e/ou comunitária, ou mesmo individual. Os problemas são muitos e vão desde os entraves para acesso ao crédito, ao mandonismo burocrático, à imposição stalinista e a não-compreensão do ideário camponês da produção em terra própria e da liberdade do trabalho. São esses sem terra, agora no seio do Movimento dos Sem Terra, que marcham pelas estradas e pelas cidades deste país, ocupando locais e prédios públicos.

Para Souza 2008, a prática pedagógica, entendida como uma dimensão da prática social é gerada no estabelecimento de relação entre os conhecimentos do processo de formação inicial dos profissionais da educação e os conhecimentos adquiridos no conjunto das ações desenvolvidas no mundo da escola e da política local de educação. É desse modo que mencionamos práticas pedagógicas que se identificam com o posicionamento dos movimentos sociais quanto à educação do campo e práticas que reproduzem ideários do Brasil urbano.

Fernandes et al. (2004), afirmam que a utilização da expressão campo foi adotada em função da reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho". A intenção explícita é resgatar o conceito de camponês. Aprofunda-se a definição de campo como

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (...). (FERNANDES et. al 2004, p. 137)

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Nesta pesquisa caracterizou-se a prática pedagógica na escola de campo e se a escola está adaptada aos projetos dos educadores. Nessa escola do Chapadão a maioria dos educandos são assentados (MST). Deu-se então a importância em pesquisar se há um ensino adequado relacionados ao dia a dia dos educandos de acordo com a realidade rural. Foi realizada com os professores uma pesquisa onde continham perguntas relacionadas a prática pedagógica, como eram e se tem projetos que são desenvolvidos na comunidade e se os professores participam de cursos de aperfeiçoamentos relacionados à educação do campo, como é o currículo da escola está adaptado a educação do campo.

O que se observou durante a pesquisa é que a produção educacional do MST não chega as escolas, e que esta não está adaptada a ser uma escola de acordo com a reforma agrária. Não existe espaço para que haja as aulas práticas para que essa se torne uma escola do campo. Há um conflito a ser trabalhado no que se refere à cultura e burocracia escolar.

Quando se fala em currículo escolar os educadores relatam que não há uma proposta curricular, que utilizam a proposta curricular da escola. Muitas das propostas produzidas pelos movimentos sociais sobre a educação no campo não fazem parte da realidade escolar.

Os educadores relataram durante a pesquisa afirmando que os conteúdos são elaborados a partir da realidade dos educandos, da comunidade. Trabalham temas como: água, lixo, limpeza, atividades econômica, meio ambiente, família, direitos e deveres da comunidade. As aulas são realizadas na prática quando necessário, quando é trabalhado um exemplo sobre o lixo os educadores relataram que fazem mutirões com a comunidade escolar e algumas pessoas da comunidade como agentes de saúde vão nas propriedades dão informações sobre como cuidar do lixo e não deixar que polua a comunidade fazendo assim com que todos se mobilizem. Também já foram desenvolvidos projetos como: quais os deveres e

direitos da comunidade - neste projeto participam educandos e algumas pessoas da comunidade como pais, presidente da comunidade-, realizadas por meio de reuniões para que possam ser expostas idéias e para que todos saibam, quais são os seus deveres e direitos. Observa-se que os educandos gostam de atividades em que possam participar.

Os educandos relatam que as aulas são expositivas, leituras, trabalhos em grupos, trabalhos práticos, maquetes, entre outros. O que se observou é que a interação social é uma das características na pratica na escola de campo.

Os projetos que são desenvolvidos na escola estão de acordo com a comunidade: trabalho com hortas, datas comemorativas, plantio de arvores. Nesses projetos os educandos relatam que são contados historias dos assentamentos, são realizados jogos entre outros assentamentos, resgates das culturas dos assentados. Os participantes são pessoas da comunidade, educandos, educadores, funcionários da escola. Esses projetos são desenvolvidos por professores ao longo do ano, por vários professores, envolvendo a comunidade.

Os educadores relatam que os educandos e os pais e pessoas da comunidade sempre participam das atividades como organização de palestras, plantio de horta, arvores, e mesmo festas na comunidade, observou-se que todos participam ativamente na comunidade, e alguns dos educadores são também assentados ou tem família no assentamento. Mas também existem aqueles que não têm vinculo com o MST e que estes se orientam pela política oficial na conduta da aula.

3. CONSIDERAÇÕES

De acordo com Souza (2008) a educação no campo tem conquistado lugar na política dos municípios, estadual e federal nos últimos anos. Isso é fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a

educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhar rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação.

Nessa pesquisa o se pode concluir que a escola não é fisicamente uma escola do campo ela não está adaptada a ser uma escola rural (o que é fisicamente uma escola do campo?), mas que os educadores adaptam o currículo para que seja de acordo com a realidade da comunidade, trabalhando assim conteúdos que estão relacionados ao dia-a-dia do educando assentado. Já relacionados aos educadores, estudam ou estão fazendo cursos de especializações em educação no campo para que assim possam dar melhorias aos estudos desses assentados, para que possam adaptar seus currículos de acordo com a necessidade da comunidade.

Os movimentos sociais, expressivamente o movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), demandam do Estado de iniciativas no âmbito da oferta da de educação pública e da formação dos profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo. Hoje Secretarias Municipais e Estaduais de Educação tem organizado eventos de formação continuada de professores e seminários com a construção de políticas públicas da educação do campo.

REFERENCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PARANÁ, Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da educação. **Diretrizes Curriculares de LEM Ensino Médio**, Curitiba, SEED/PR/DEM, 2006.

SOUZA, A.M. **Educação no campo: políticas práticas pedagógicas e produção científica**. In revista Educação Sociologia. Vol.29.n.105. Campinas São Paulo. 2008.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



OLIVEIRA, U.A. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** IN. Revista Scielo. Vol.15. no.43. São Paulo. Setembro; dezembro de 2001.